



ESTUDO REMOTO EMERGENCIAL EM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA BAHIA: alguns apontamentos¹

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel²

Jamine Barros Oliveira Araújo³

Ronilda Rodrigues da Silva Oliveira⁴

Introdução

Desde o dia 20 de março de 2020, data em que foi decretado o estado de calamidade pública no Brasil (decreto nº 06 de 2020), demos início a uma restrição de contato/convívio nunca vivenciada por esta geração, em particular para milhões de estudantes da rede pública de ensino. Em se tratando da rede municipal, os chefes do executivo, ante a complexidade de agir para minimizar os danos em seus indicadores educacionais e diretamente na qualidade de ensino prestado aos estudantes sob sua responsabilidade, encontraram-se diante de um novo desafio junto com os gestores e comunidade da rede de ensino: adequar o processo ensino-aprendizagem da rede a recursos tecnológicos, deparando-se com outro dilema: o ideal e a realidade das escolas e famílias.

Assim, trazemos neste texto a experiência de um município do interior da Bahia que, a partir da necessidade de isolamento social para evitar a propagação do vírus da Covid-19, orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

¹ Este texto faz parte das ações de pesquisa realizada pelo grupo EDUCATIO – Políticas Públicas e Gestão da Educação.

² Profa. Dra. Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Diretora da ANPAE - BA. E-mail: meg.pimentel@uol.com.br.

³ Profa. Msc. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: jamediscipula@yahoo.com.br

⁴ Profa. Msc. Coordenadora do Núcleo Pedagógico da Secretaria de Educação de Vitória da Conquista - BA. E-mail: ronilda_oliveira@hotmail.com.



buscou soluções práticas que pudessem minimizar a suspensão de aulas presenciais, com o fechamento das escolas desde o dia 17 de março de 2020. Tal ação baseou-se no que está previsto na Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação - LDB: "O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais" (BRASIL, 1996, Art. 32 Inc. 4) e no documento do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado e encaminhado para homologação em 28 de março de 2020, o qual sugere que estados e municípios busquem alternativas viáveis para minimizar os problemas advindos da pandemia do coronavírus, evitando que o número de dias letivos a serem repostos estendam-se demasiadamente para o ano seguinte.

O município criou uma plataforma digital que, de acordo com o *site* oficial se constitui como uma ferramenta complementar, no sentido de minimizar os impactos relativos à suspensão de aulas, que desenvolverá estudo remoto em razão do distanciamento social. Conforme a Secretaria de Educação deste município, semanalmente a plataforma é alimentada pelos técnicos, que de posse dos planos de cursos de cada etapa ou modalidade de ensino elaboram as atividades. No entanto, os coordenadores escolares têm autonomia para ampliar as atividades, caso sintam que seja necessário para uma determinada turma. As atividades são elaboradas com base na rotina de cada ano, considerando o aspecto interdisciplinar do currículo.

Além desse instrumento usado pela rede, os pais têm comunicação direta com os professores dos filhos através de grupos de *WhatsApp* para esclarecimento das dúvidas e orientação sobre as atividades propostas. Essa ação tem facilitado o contato com os pais reforçando a importância, discutida por autores como Bertan (2005), da relação família/escola.

Foram levantados depoimentos da comunidade escolar envolvida no processo de estudos remotos, a saber: técnicos da secretaria de Educação, gestores, coordenadores de escola, professores do ensino fundamental anos iniciais, pais e responsáveis pelos alunos.



Analisando essas falas, pudemos notar percepções diferentes sobre o novo processo ora vivido, mas com um mesmo anseio: a garantia do acesso à educação. Os técnicos entenderam como saída mais viável o uso das tecnologias digitais, mesmo estando cientes de que nem todas as famílias teriam condições de acesso a esse instrumento. Destacaram também que não têm medido esforços para alcançar os alunos com maiores dificuldades econômicas e sociais, com cuidado e atenção às necessidades dos alunos da rede de ensino. Os gestores enaltecem a plataforma criada pelo município, mas percebem muita dificuldade dos pais para acessá-la por falta de condições de ordem estrutural. Demonstraram muita preocupação com as crianças que não têm acesso à internet, ressaltaram ainda que a plataforma funcionaria melhor se, aliada a ela, as escolas tivessem condições financeiras e estruturais para imprimir o material e entregá-lo às famílias. Segundo a diretora de uma escola do referido município, percebeu-se um maior envolvimento dos pais quando a prefeitura iniciou a distribuição dos kits de alimentação da merenda escolar para os alunos da rede. Isto demonstra uma necessidade latente de sobrevivência das famílias.

Por outro lado, as coordenadoras demonstraram satisfação com a proposta da plataforma, mas observaram falhas, uma vez que esta não consegue atingir a todas as crianças da escola. Destacaram ainda que têm buscado constantemente a participação das crianças, seja no acesso à plataforma ou na comunicação com seus pais no grupo criado pela escola. Outro fator destacado pela coordenação das escolas foi que o trabalho tem sido intenso no sentido de adequar as atividades da plataforma para o aluno que está no nível mais avançado, bem como para aquele aluno que está no nível mais baixo.

Os professores do Ensino Fundamental anos iniciais acham que a plataforma e os grupos criados pela escola estão sendo instrumentos de fundamental importância neste momento de distanciamento social; no entanto, demonstraram muita preocupação com as crianças que ainda estão ausentes do processo por fatores como: falta ou inadequação de aparelhos celulares, sem acesso à internet; pais desempregados; pais analfabetos ou sem paciência e/ou experiência para lidar com a situação, dentre outros. Uma professora, em



especial, mostrou-se frustrada com o processo destacando que “Entre colocar crédito no celular (para acessar a plataforma) e comprar comida elas (mães) vão comprar comida” (Professora da turma do 2º ano do Fundamental).

Ouvimos vários depoimentos de pais e/ou responsáveis pelos alunos da rede, a maioria fez elogios à atitude do município em criar estratégias para atender os seus filhos. Afirmaram gostar do instrumento, destacando que é de fácil acesso, quando se tem internet. A falta de internet e os celulares inadequados foram as reclamações que os pais mais relataram. Outra reclamação que apareceu foi a falta de compreensão da atividade, como registrado na fala de uma das mães: “Tá um pouco difícil, viu professora. Ave Maria, misericórdia! Porque, tipo assim, ela é um pouco...Tem dificuldade e ai. Eu praticamente não tenho os estudos tudo, entendeu? ” (Mãe de aluna do Programa Acelera).

Podemos observar que para além dos fatores estruturais da proposta, as dificuldades de acesso desses alunos são ainda mais complexas. Envolvem questões de ordem social, econômica, cultural que precisam ser observadas quando se pensa em uma proposta para uma rede de ensino tão heterogênea. Percebemos que para lidar com esse problema, o município precisa, em caráter de urgência, elaborar políticas públicas educacionais que possam garantir a esses alunos as condições necessárias para esse enfrentamento, uma vez que não se sabe quando retomaremos às atividades nas escolas.

As professoras que doaram seus depoimentos foram unânimes em afirmar que os estudos remotos só funcionarão se as escolas imprimirem as atividades dos alunos e enviarem para os pais. Sabemos, no entanto, que para viabilizar essa ação seriam necessárias uma força tarefa e uma logística que no momento as escolas não têm condições de assumir (como afirmou a gestora da escola), devido a própria condição imposta pela pandemia que nos impede de agir racionalmente.

Com base nos depoimentos coletados, bem como a partir dos nossos estudos a esse respeito, não existe ainda uma proposta eficaz que dê conta, neste momento, de sanar, ou sequer minimizar os efeitos da atual crise



educacional nos municípios baianos. O que precisávamos fazer, muito antes dessa pandemia, era uma ação preventiva, como nos sinaliza Santos (2020), pois uma crise como essa que vivemos era iminente frente às condições da saúde pública nacional.

Neste sentido, salientamos que no retorno às atividades presenciais não seremos as mesmas pessoas que deixaram as escolas e precisamos, a partir desse momento de quarentena, colher as experiências positivas vividas nesse processo. Para os sujeitos desse município a aproximação entre famílias e escolas foi muito importante. Então, agarremo-nos a essa experiência e sigamos em frente.

Referências bibliográficas

BERTAN, L. A relação escola-família: um espaço negado aos pais?. **Colloquium Humanarum**, v. 3, n. 2, dez. 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

_____. **Decreto Legislativo** nº 6, DE 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Acesso em 30. Abril.2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almedina S.A. Coimbra. 2020.